

--- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E OITO.**-----

--- Aos dezoito dias do mês Dezembro de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **Ponto Único**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE BENS FUTUROS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A ESTAMO – PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS SA. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Botelho Amaro Almeida, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Joaquim da Conceição Rodrigues Neto, António Miguel Moura Pires, António Morgado Maurício d’Avó, Carlos Manuel Luís Catalão, Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Fernando Manuel Penitência Poeiras, Helder Nuno de Jesus Oliveira Pombo, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, Joaquim António Salgado Canha, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Miguel da Conceição Piedade, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia, Nuno Filipe Brites Pereira Lima, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra e Ricardo Jorge Batista Filipe. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Cristina Maria Bento Neves (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede),

ACTA Nº. 27/2008
Sessão Extraordinária de 18 de Dezembro de 2008

Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Francisco João Rosado Fandango (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Marvila), António Alfredo Borges Nunes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), João Carlos Pando Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Henrique Manuel Cordeiro David (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d'Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea).-----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- José Ilídio da Fonseca Freire – Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras e Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves – Presidente da Junta de Freguesia de Almoester. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Catarina Fernandes Garcia Correia (PSD), Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Idália Maria Marques de Menezes Salvador Serrão Moniz (PS), Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD), João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho (PS), Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata (PSD), José Francisco Pereira Gandarez (PSD), Luís Filipe Piedade Valente (PSD), Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca e Vicente Carlos Flor Batalha (CDU). -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Luís Manuel da Graça Batista, Ricardo Gonçalves

Ribeiro Gonçalves, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Maria Luísa Raimundo Mesquita, António Francisco Baptista Valente, e Virgínia Maria Ramos Carrondo Mena Esteves.-----

--- Ausências:-----

--- Rui Pedro de Sousa Barreiro e Lúcia Corujo Reis Batalha.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO ÚNICO – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE BENS FUTUROS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A ESTAMO – PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, S.A.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dez de Dezembro de dois mil e oito, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia do contrato de promessa de compra e venda em epígrafe, que se anexa, nos termos do disposto da alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três, da alínea f) do número um e da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, todos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que chamou a atenção para o estabelecido na cláusula quinta, pois não faz sentido referir no número um que a celebração da escritura pública de compra e venda será realizada no prazo máximo de trinta dias a contar da data da verificação da última das condições suspensivas prevista na cláusula quarta, quando esta não trata das condições suspensivas mas da garantia do cumprimento. Acrescentou que as condições suspensivas vêm referidas na cláusula terceira.-----

--- Alertou ainda para a não existência de indicação da natureza dos prédios, da sua localização, assim como para a não referência aos números de registo na Conservatória bem como para a ausência de indicação da respectiva matriz.-----

--- Usou, depois, da palavra o senhor **Luís Almeida** que considerou que hoje vai

discutir-se uma matéria directamente ligada às contrapartidas da não construção do aeroporto na Ota e que o Governo do Partido Socialista entendeu dar e negociar com diferentes Municípios, entre eles Santarém. -----

--- Lembrou a sua intervenção sobre esta matéria na sessão desta Assembleia de vinte seis de Setembro último quando disse: “trata-se de um aliciante desafio e de uma extraordinária oportunidade para transformar o concelho”; “que haja engenho e arte mas também humildade para bem de Santarém”. -----

--- Salientou que a Declaração Universal dos Direitos do Homem é o primeiro tema dos diferentes que se propõe estudar e desenvolver a fundação da liberdade que está a nascer em Santarém, segundo refere no seu artigo décimo nono: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões...”. -----

--- Referiu ter opinião sobre esta matéria e o direito de as exprimir, contudo, nesta Assembleia, nada dirá por razões que alguns deputados compreenderão, mas também por se estar numa época associada à harmonia e à paz. -----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Eugénio Pisco** que referiu serem muitas as interrogações e dúvidas que este Contrato de Promessa sobre Bens Futuro levanta e suscita e que foram expendidas nas intervenções dos eleitos da CDU. -----

--- Manifestou preocupações que se prendem com a frágil capacidade financeira do Município de Santarém para cumprir os compromissos que este negócio acarreta e implica. -----

--- Destacou que, como contrapartida, a CDU não pode deixar de revelar os objectivos que estão presentes: por um lado, assegurar que a Escola Prática de Cavalaria fique na posse do Município de Santarém; por outro lado, que irão ser preservados os seus valores históricos e simbólicos, no que respeita ao Vinte e Cinco de Abril e à criação do regime democrático. -----

--- Concluiu, referindo ser na perspectiva de que todos os desenvolvimentos futuros deste contrato têm que passar necessariamente pelas decisões deste órgão deliberativo que a

CDU irá optar pela abstenção.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que referiu que o presente contrato de promessa de compra e venda prevê a aquisição da Escola Prática de Cavalaria, do Quartel da Donas, do Campo de Manobras de Almoester e da Carreira de Tiro das Corteses, sublinhando que a aquisição destes prédios pelo Município de Santarém permitirá a entrada de dez milhões de euros para um fundo de pensões das Forças Armadas.-----

--- Considerou ser uma oportunidade de negócio que, face ao tratamento célere que se pretende dar ao assunto, não permite uma análise profunda de modo a aquilatar se é ou não um bom negócio. Contudo, está em causa a posse da Escola Prática de Cavalaria, património de Santarém e de toda a região, mas também património nacional, indissociável da Democracia e da Liberdade. -----

--- Referiu-se ao valor patrimonial de vinte seis milhões de euros a pagar, manifestando a sua preocupação sobre se a autarquia tem capacidade para pagar a mensalidade de cerca de quatrocentos mil euros. -----

--- Teceu algumas considerações sobre diversos bens que integram o presente contrato, levantando dúvidas relativamente à viabilidade da construção de quintinhas no Campo de Manobras de Almoester.-----

--- Quanto ao Quartel das Donas destacou ser uma área muito sensível, com história, que tem de ser muito bem estudada, conciliando a valorização potencial com a envolvente pública e monumental. -----

--- Prosseguiu, referindo-se à Escola Prática de Cavalaria, que é a jóia do negócio, não entendendo, independentemente da sua polivalência, que a área previsivelmente destinada a habitação colectiva seja classificada como “z-dois”, em termos de edificabilidade, o que, em seu entender, é muito redutor desvalorizando aquele património, sublinhando que a área que poderá vir a ser edificada confronta com a parte posterior da zona de S. Bento. Quis saber ainda como é que o Convento de S. Francisco será enquadrado neste espaço.-----

--- Considerou que a Fundação da Liberdade é uma excelente iniciativa que poderá trazer a Santarém um fluxo muito significativo de visitantes, mas que tem de ter um empenhamento colectivo e participado.-----

--- Referiu que o Partido Socialista quer a Escola Prática de Cavalaria na posse da Câmara pelo que aceita os termos este protocolo. Todavia, existem outras questões que no futuro gostaria de ver esclarecidas, concluiu.-----

--- Seguidamente, o senhor **Nuno Serra** proferiu a seguinte intervenção:-----

--- “Este projecto que aqui vamos votar hoje, sim projecto, porque não podemos olhar para o que hoje nos é apresentado somente como um contrato futuro, o que aqui está é a nova Santarém, é uma nova realidade, uma nova estratégia, é algo que não se pode evitar mas de que muitos continuam a fugir.-----

--- O PSD considera que este é um tema que podia ter um maior espaço de discussão, mas sente-se, neste preciso momento, preparado para em nome de Santarém e por Santarém, discuti-lo e votá-lo.-----

--- Estou certo que não existe aqui nenhuma força política que não quisesse ter na sua mão esta decisão, a decisão de trazer para o nosso município um dos maiores ícones de Santarém, um dos maiores monumentos à liberdade e democracia, que é o quartel de S. Francisco.-----

--- E este não é um quartel qualquer como todos sabem, a sua história já é antiga, este quartel que se mistura com o Convento de S. Francisco acolheu a cerimónia de D. João II em mil quatrocentos e setenta e sete e que em mil novecentos e cinquenta e cinco passa a ser a Escola Prática de Cavalaria e foi deste quartel que na madrugada de vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro partiu a coluna liderada por Salgueiro Maia, que marchou sobre Lisboa e que foi fundamental no derrube do regime do Estado Novo.

--- Este quartel um pedaço de uma preciosa história de liberdade que pertence a Santarém.-----

--- Quando em Julho passado, o Conselho de Ministros, desafectou o quartel do domínio público militar abriu desde logo a possibilidade à alienação onerosa, tal como veio no

comunicado da decisão e, que eu passo a ler: -----
“A possibilidade de “alienação onerosa”, “com os inerentes benefícios financeiros e contributo para a gestão racional do património do Estado”, surge no âmbito da “rentabilização dos imóveis disponibilizados pela contracção do dispositivo militar”.
Esta medida, prossegue a resolução, visa “gerar meios que possibilitem a melhoria das condições de operacionalidade requeridas pelas missões das Forças Armadas, nomeadamente através da concentração de infra-estruturas em zonas adequadas, libertando, assim, os espaços urbanos que pelas suas características se revelam inadequados à função militar”. -----
--- Este comunicado é demonstrativo que não havia, nem há tempo a perder, o tempo corria contra nós. -----
--- Foi também rápida a demonstração de interesse sobre o imóvel do Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Dr. Moita Flores. E que também percebeu que quando algo de tão valioso está à venda a procura é muita. -----
--- E se para todos nós o valor é sentimental e histórico, para qualquer empresa da esfera privada o valor apenas reside no valioso terreno situado numa das zonas nobres de Santarém. -----
--- E como calculam, por certo, para um investidor privado a manutenção das instalações da EPC não têm qualquer valor prático e por certo, tudo seria para derrubar e para posteriormente construir um moderno empreendimento que nada dirá à nossa cidade, à nossa história e à nossa democracia. -----
--- Eis que surge agora a oportunidade de ficarmos com o imóvel da Escola Prática de Cavalaria, de para além de mantermos intacta a história de liberdade que Santarém ajudou a criar, temos também a oportunidade de com este projecto garantir condições para construir a tão ambicionada Fundação da Liberdade. -----
--- Fundação esta que com o seu âmbito, em que inclui os direitos do homem, a cidadania, as liberdades civilizacionais, as novas democracias, as conquistas da liberdade por este mundo fora, os direitos da criança, a vida, a sustentação do mundo

actual. -----

--- Fundação esta que será o centro das atenções de todos aqueles que lutaram pela democracia e pela liberdade.-----

--- Fundação esta que irá gerar um dinamismo único na nossa cidade e concelho, que trará, novos e idosos, estudantes e trabalhadores, ricos e pobres, nacionais e estrangeiros, cultos e incultos, de esquerda e direita, socialistas e capitalistas, progressistas e conservadores, em suma, será a nossa porta para o mercado global. -----

--- Fundação esta que dinamizará centros económicos locais e nacionais, que criará emprego, que criará estudiosos, que criará novos homens e novas mulheres.-----

--- Fundação esta que será de todos nós e hoje temos aqui a oportunidade de darmos um primeiro sinal, de colocarmos uma primeira pedra virtual, hoje começa uma nova história em Santarém. -----

--- Dir-me-ão que é um projecto arrojado, que envolve algum risco, que poderá onerar a nossa autarquia.-----

--- Tudo pode ser verdade, depende do ponto de vista de onde se olha; -----

--- é muito arrojado, pois é, mas para sermos diferentes, sermos únicos, despertarmos atenções, temos que ser arrojados e audazes e isso é um ponto forte deste executivo e é isso que fará a diferença; -----

--- envolve algum risco, pois envolve, mas a única coisa que não envolve risco é não fazer nada e mesmo assim ainda poderemos ser acusados de inépcia e, não é isso que queremos para Santarém, não foi para isso que mudamos, já tivemos muitos anos em que Santarém não mexeu, já tivemos o nosso tempo de descanso, hoje é tempo de viver e de lutar pelo que sonhamos; -----

--- poderá onerar a autarquia, pois pode, mas pelo projecto, pela valor dos imóveis em questão, pelo que representa para Santarém é mais provável que gere uma grande receita para a nossa cidade e uma indiscutível mais-valia para a nossa história, mas também considero que nunca devemos ser demasiado confiantes e temos que ter um plano B, isso depois de falarmos com o executivo e de termos tido a clara percepção do que estamos

aqui a falar, a confiança que o Dr. Moita Flores demonstrou, o seu entusiasmo, a sua crença e as suas explicações, ficámos com a certeza que este executivo defenderá os interesses de Santarém acima de tudo. -----

--- Estamos aqui hoje para decidir sobre a aquisição de um conjunto de imóveis que o Estado colocou à venda, estamos aqui também para decidir se queremos salvaguardar a nossa história, se queremos ter uma Fundação da Liberdade, se queremos perpetuar a memória do que significa o quartel de S. Francisco, se queremos garantir a Santarém a possibilidade de criar um novo ordenamento no planalto. -----

--- Para tomar esta decisão tivemos em conta um conjunto vasto de variáveis como a questão política, a questão social, a questão económica/financeira e a questão histórica.-

--- Politicamente, esta é uma questão que não se pode colocar de lado, assumimos claramente a afirmação de Santarém como terra da liberdade, como um dos símbolos da democracia Nacional e como tal, assumimos também que é necessário preservar, mesmo que com alguns custos, os ícones demonstrativos dessa afirmação política e um desses símbolos, é sem qualquer dúvida o Quartel S. Francisco.-----

--- Socialmente será um dos maiores desafios deste executivo, conseguir transformar daquela terra por desbravar, debaixo de tanta chuva e vento que tem aparecido neste últimos três anos, uma Fundação que permita o convívio entre todos, que terá a sua obra social e ajuda à relação entre os povos, que permitirá a aproximação dos opostos e que, se o executivo me permitir esta sugestão, que este novo espaço tenha amplas zonas de lazer, um amplo parque natural onde se possa praticar desporto informal, onde novos e velhos possam conversar e onde pais e filhos possam conviver, onde Santarém possa criar uma zona de bem-estar social. -----

--- Económica e financeira é talvez a variável mais discutível, se por um lado, na vertente financeira e se só olharmos para o contrato em questão, podemos ter uma ideia redutora que é de um pagamento de vinte e seis milhões de euros em contrapartida de um recebimento esperado de trinta milhões, na óptica de mais económica temos que ir mais além e não olhar só para a o encaixe imediato, neste caso temos que olhar para o

projecto na sua globalidade, suas consequências e seus efeitos, temos que olhar por exemplo para o caso que se o quartel ficar na posse da Câmara Municipal de Santarém e, como já foi dito pelo Dr. Moita Flores irá alojar os serviços camarários e só isso irá libertar um grande número de imóveis por esta cidade, que se forem alienados irão por si só constituir uma grande fonte de receita para a autarquia. Temos também que olhar para a quantidade de empregos que a fundação irá gerar, a dinamização de factores económicos no concelho, olhem para a quantidade de serviços que naturalmente irão aparecer paralelamente à fundação e que irão dinamizar o empresariado local. Temos também que analisar as mais-valias que poderá trazer o modelo que a autarquia queira utilizar para rentabilizar os terrenos associados ao quartel, o quartel das donas que pela sua situação e dimensão poderá ser, para além de uma grande fonte de receita ser dimensionando para dar um novo enquadramento a todo novo jardim da liberdade e por fim a utilização dos terrenos das carreiras de tiro como forma de preservação de um ordenamento futuro. -----

--- Por fim a razão histórica e essa, na nossa opinião é indiscutível, a preservação dos nossos símbolos históricos é e será sempre o início da construção da história do futuro, se não formos nós a aproveitar a oportunidade de preservar e manter os pedaços de história intactos para que os nossos filhos aprendam e construam a sua personalidade, quem é que o fará? -----

--- A bancada do PSD não age com ligeireza, não age sem ponderar, não age por imperativos partidários, a bancada do PSD move-se por aquilo que considera melhor para Santarém, para hoje e para o amanhã. -----

--- Não podemos pois, continuar todos aqui a dizer que queremos o quartel S. Francisco, que queremos garantir que o símbolo da liberdade e do Salgueiro Maia se mantenha na posse da câmara sem que isso acarrete custos ou responsabilidades. Já todos temos a noção que se não dermos este passo agora, este ícone de Santarém passará para mãos privadas. -----

--- Como todos já constataram a conjuntura económica não favorece este tipo de

projectos, o mercado imobiliário não está no seu melhor momento. -----
--- Sabemos que é essencial que apareça o parceiro empresarial que viabilize esta operação, sem este parceiro privado não há projecto, não há quartel, não há fundação.---
--- Este trabalho difícil de garantir e encontrar este parceiro tem de ser de todos nós, de todos aqueles que aqui estão e querem manter o quartel na nossa posse.-----
--- Sabemos que vamos passar muitas dificuldades, este projecto irá ser colocado várias vezes em causa, vão faltar interessados, tudo vai ser ponderado novamente, mas se todas as forças partidárias aqui presentes estiverem juntas na vontade de garantir a preservação do símbolo histórico que é o quartel, com toda a certeza vamos ultrapassar as dificuldades que se avizinhas, vamos encontrar o tal parceiro privado e vamos garantir que um dos símbolos nacionais da conquista da liberdade está em boas mãos.-----
--- Neste caso depois de muito ponderado, avaliados os riscos inerentes ao projecto, consideramos que: -----
--- – com as garantias dadas pelo executivo no que diz respeito à celeridade em encontrar um parceiro privado para o modelo de negócio em causa;-----
--- – com garantias dadas relativamente à manutenção das instalações do Quartel de S. Francisco como instalações dos serviços camarários; -----
--- – com as garantias de reserva de um amplo espaço para a fundação da liberdade, garantias que dará aquela zona um ordenamento exemplar em que existirão parques e jardins bem conciliados com uma baixa densidade de construção; -----
--- – com a garantia que como tem feito até agora irá criar uma Santarém melhor. -----
A bancada do PSD está de acordo com o ponto. -----
--- Continuamos no entanto a recomendar que a Câmara Municipal de Santarém resguarde um espaço amplo para um parque natural que tanta falta faz à nossa cidade.” -
--- Depois, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** considerou que hoje se vive um dos momentos mais importantes da história recente de Santarém sendo uma obra de todos e, sobretudo, para as gerações vindouras, sublinhando ser uma decisão histórica tomada pelos eleitos locais para Santarém. -----

ACTA Nº. 27/2008
Sessão Extraordinária de 18 de Dezembro de 2008

--- Referiu que a Escola Prática de Cavalaria projectou-se na história do nosso país de uma forma indelével e completamente incontornável, tendo passado por lá a história mais brilhante da cavalaria portuguesa. A Escola Prática de Cavalaria não é apenas património da cidade, do concelho ou da região, mas do país, da memória, da vida e, sobretudo, do futuro. -----

--- Recusou qualquer protagonismo neste processo, referindo que o “timing” destes procedimentos tem a ver com a agenda do Governo. -----

--- No tocante às questões levantadas sobre as dívidas da Autarquia e os vinte seis milhões de euros, referiu que nas compensações Ota/Alcochete está previsto a contratação de um empréstimo excepcionado. Todavia, não é necessário porque o Executivo tem o objectivo de construir aqui um equipamento praticamente sem custos para o Município. Adiantou que o contrato prevê constituição de parcerias público/privadas que irão permitir um encaixe de trinta milhões de euros, para a criação da Fundação da Liberdade e a requalificação dos espaços que já foram mencionados., salientando a necessidade de alterar o PDM. -----

--- Assumi as responsabilidades, enquanto Presidente da Câmara, do ponto de vista político mas também cível e criminal pela assinatura do presente contrato, lembrando que apenas se está a discutir um contrato de promessa, considerando não entender como é que se pode justificar perante outros o voto contra num assunto desta natureza.-----

--- Disse estar incondicionalmente disponível para todas as críticas e sugestões desde que estas não sejam no sentido de atrasar o processo.-----

--- Quanto à pergunta colocada pelo senhor José Luís Cabrita referiu que só amanhã lhe poderá prestar os devidos esclarecimentos depois de reunir com os juristas de modo a clarificar a questão colocada, sublinhando que o documento está apresentado nestes termos com a ressalva dessa “gralha” legal, pelo que em seu entender poderá ser votado.

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Contrato de Promessa de Compra e Venda de Bens Futuros entre o Município de Santarém e a Estamo – Participações Imobiliárias, S.A.**, nos

termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e vinte e quatro abstenções. ---

--- Foram prestadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- O senhor **Leonel Martinho do Rosário** “O sentido de voto do Partido Socialista teve em atenção que o assunto em causa é o *Contrato de Promessa de Compra e Venda de Bens Futuros*. Se o assunto fosse exclusivamente a Escola Prática de Cavalaria, o PS votaria sem qualquer dúvida e totalmente a favor”. -----

--- O senhor **Firmino Oliveira** – Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros “Decidimos votar favoravelmente esta proposta prévia de protocolo pelas seguintes razões: -----

--- Em primeiro lugar porque consideramos que todas as diligências devem ser feitas para salvaguardar a Escola Prática de Cavalaria por aquilo que representa para o País e para o Concelho;-----

--- Em segundo lugar porque consideramos importantes as propostas para aquele espaço, Fundação da Liberdade e os serviços da Autarquia, libertando assim o Palácio do provedor da Lezíria, onde tem vindo a funcionar sem condições adequadas os serviços autárquicos. -----

--- Em terceiro lugar porque o senhor Presidente da Câmara Municipal deixou claro que o compromisso entre a Autarquia e o Governo está assegurado e integra o Plano de Acção Ota – Alcochete.-----

--- Em quarto Lugar porque a empresa Estamo é pública e está na dependência do Estado”.-----

--- O senhor **Eugénio Pisco** “São muitas as interrogações e dúvidas que este Contrato de Promessa sobre Bens Futuros levanta e suscita, e que foram expendidas nas intervenções dos eleitos da CDU. Da leitura do seu articulado resulta uma nebulosa de indefinições que nos preocupa sobremaneira. -----

--- Como questão prévia, na generalidade, não podemos de deixar de colocar a surpresa deste negócio, uma vez que a Escola Prática de Cavalaria foi referida pelo senhor Presidente da Câmara como uma das contrapartidas resultantes do pacote Ota/Alcochete negociado com o Governo.-----

--- Na especialidade, umas preocupações prendem-se com a frágil capacidade financeira da Câmara Municipal de Santarém para cumprir os compromissos que este negócio acarreta e implica, alguns, aliás, já expressos no Plano e Orçamento para dois mil e nove; e outras preocupações prendem-se com a sua natureza e o destino dos terrenos sobrantes, no coração da cidade, que ficam ao sabor dos interesses imobiliários especulativos, alheios ao verdadeiro interesse da cidade. Para tal, chamamos a especial atenção do Executivo Municipal. -----

--- Como contrapartida, a CDU não pode deixar de revelar os objectivos que estão presentes: por um lado, assegurar que a Escola Prática de Cavalaria fique nas mãos do Município; e, por outro lado, que irão ser preservados os seus valores históricos e simbólicos, não só para Santarém, como para a Região e o País, no que respeita ao Vinte e Cinco de Abril e à criação do regime democrático, bem como em relação às gerações futuras, o respeito pelos princípios e valores em que assenta. -----

--- Nessa perspectiva, que reputamos de central, considerando ainda que todos os desenvolvimentos futuros deste contrato têm que passar necessariamente pelas decisões deste órgão deliberativo, a CDU opta pelo voto de abstenção. -----

--- O senhor **Nuno Serra** “Considero a minha intervenção Declaração de Voto”. -----

--- O senhor **Aires Lopes** “O meu voto favorável tem a ver com tudo aquilo que serve para o engrandecimento de Santarém”. -----

--- O senhor **Fernando Poeiros** “Porque estamos a votar uma proposta prévia, acreditamos que o debate vai surgir e com ele aparecer um projecto que ainda não estamos a ver, o Bloco de Esquerdo absteve-se”. -----

--- Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de

Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, foi a presente deliberação aprovada em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de oradores.-----

--- Eram vinte e duas horas e quinze minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----